

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.563.180 - PR (2019/0241819-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : OI S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL
ADVOGADOS : BRUNO DI MARINO - RJ093384
LIDIA GUIMARÃES CUPELLO - RJ146950
BERNARDO GUEDES RAMINA - PR041442
PATRICIA BARBOSA RAMOS - RJ175285

AGRAVADO : ADAO CARLOS CAUS
AGRAVADO : ELVIRA MAFALDA MADUREIRA DE SOUZA
AGRAVADO : JOSÉ BELMIRO DIPP DE OLIVEIRA - ESPÓLIO
REPR. POR : MARLENE BUENO DIPP DE OLIVEIRA
REPR. POR : LEANDRO ROBERTO DIPP DE OLIVEIRA
AGRAVADO : LEIDA MORO CONCHE
AGRAVADO : MARIA ANGELA CAUS DA SILVA
AGRAVADO : OSVALDO DE JESUS FARIA
AGRAVADO : OSVALDO VANIN DA SILVA
AGRAVADO : SALMA BORGES STACHESKI
ADVOGADO : FABRÍCIO FONTANA - PR033955

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL. COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICCIONAL NÃO VERIFICADA. ILEGITIMIDADE ATIVA. SÚMULA 211/STJ. CRITÉRIO DE CONVERSÃO DAS AÇÕES. ANÁLISE PREJUDICADA. AGRAVO CONHECIDO PARA CONHECER PARCIALMENTE DO RECURSO ESPECIAL E, NESSA EXTENSÃO, NEGAR-LHE PROVIMENTO.

DECISÃO

Cuida-se de agravo interposto por Oi S.A. - em recuperação judicial contra a decisão de fls. 827-832 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, na qual foi negado seguimento ao recurso especial.

O recurso especial foi deduzido em desafio aos acórdãos de fls. 688-713 e 738-747 (e-STJ), prolatados pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, assim ementados:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL COM EXIBIÇÃO DE DOCUMENTOS - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - SENTENÇA

PARCIALMENTE PROCEDENTE - INCONFORMISMO FORMALIZADO - AGRAVO RETIDO - ALEGAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DO CDC - SEM RAZÃO - RELAÇÃO OBRIGACIONAL - POSSIBILIDADE DE INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA - INCIDÊNCIA DO CDC - APELAÇÃO - PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM S/A - INOCORRÊNCIA - SUCESSORA DA TELEBRÁS EM DIREITOS E OBRIGAÇÕES - ILEGITIMIDADE ATIVA DA AUTORA LEIDA MORO CONCHE - AUSÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DA RELAÇÃO CONTRATUAL - CONTRATO EM NOME DO BANCO SUL AMÉRICA S/A - RELAÇÃO CONTRATUAL COMPROVADA EM RELAÇÃO AOS DEMAIS AUTORES - PRELIMINAR DE PRESCRIÇÃO - BASEADA NOS ARTIGOS 287, II, 'A' DA LEI DAS SOCIEDADES ANÔNIMAS - INOCORRÊNCIA - ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO FATO CONSTITUTIVO - SEM RAZÃO - DOCUMENTOS ENCARTADOS QUE DEMONSTRAM A EXISTÊNCIA DE RELAÇÕES JURÍDICAS ENTRE AS PARTES - PLEITO DE DESCABIMENTO DA COMPLEMENTAÇÃO DE AÇÕES EM FACE DA DIFERENCIAÇÃO DENTRE OS TIPOS CONTRATUAIS PEX (PLANO DE EXPANSÃO), PCT (PLANO COMUNITÁRIO DE TELEFONIA) E PAID (PLANO DE ATENDIMENTO INTEGRAL DE DEMANDA) - IRRELEVÂNCIA - ALEGAÇÃO DE QUE A EMISSÃO DE AÇÕES OBEDECEU ÀS PORTARIAS DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - REJEIÇÃO - PORTARIAS QUE NÃO TEM O CONDÃO DE SE SOBREPOR À REGRA GERAL QUE IMPEDE O ENRIQUECIMENTO SEM CAUSA - CRITÉRIO DA CONVERSÃO DA OBRIGAÇÃO EM PERDAS E DANOS - AFERIÇÃO DO NÚMERO DE AÇÕES DEVIDAS AO AÇIONISTA PELO VPA APURADO O BALANCETE DO MÊS DA INTEGRALIZAÇÃO (SÚMULA 371 DO STJ) - PELITO DE QUE A MULTIPLICAÇÃO DESSE NÚMERO SEJA PELO VALOR DA SUA COTAÇÃO NO MERCADO NA DATA DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA - IMPOSSIBILIDADE - VALOR DA COTAÇÃO DAS AÇÕES NA BOLSA DE VALORES DA DATA DA RESPECTIVA INTEGRALIZAÇÃO - ALEGAÇÃO DE IMPROCEDÊNCIA DE CONDENAÇÃO DOS DIVIDENDOS, BONIFICAÇÕES E JUROS SOBRE CAPITA PRÓPRIO - IMPOSSIBILIDADE - DECORRÊNCIA LÓGICA DO DIREITO À SUBSCRIÇÃO AÇIONÁRIA - PEDIDO DE ALTERAÇÃO DO TERMO FINAL - POSSIBILIDADE - DATA DA CONVERSÃO DAS AÇÕES EM PECÚNIA - PLEITO PARA QUE OS JUROS DE MORA INCIDA À PARTIR DO TRANSITO EM JULGADO - IMPOSSIBILIDADE - JUROS DE MORA A PARTIR DA CITAÇÃO - INTELIGÊNCIA DO ART. 397 E 406 CC/2002 C/C ART. 219 DO CPC - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO AO PEDIDO DE GRUPAMENTO DE AÇÕES - OCORRÊNCIA -

POSSIBILIDADE EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA - MATÉRIA QUE NÃO PODE IMPLICAR EM ÓBICE PARA INDENIZAÇÃO PRETENDIDA - DILUIÇÃO ACIONÁRIA - INOCORRÊNCIA - SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - AÇÃO DE ADIMPLEMENTO CONTRATUAL - CONTRATO DE PARTICIPAÇÃO FINANCEIRA - RECURSO DE APELAÇÃO DA EMPRESA OI S/A CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO E AGRAVO RETIDO CONHECIDO E DESPROVIDO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO A ILEGITIMIDADE ATIVA DAS AUTORAS MARIA ANGELA CAUS E SALMA BORGES STACHESKI - CONTRATOS CELEBRADOS NA VIGÊNCIA DA PORTARIA 610/94 DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - REGIME PCT-INOVAÇÃO RECURSAL - ANÁLISE DE MÉRITO E NÃO MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA (ILEGITIMIDADE ATIVA - CONDIÇÕES DA AÇÃO) - IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO - ALEGAÇÃO DE OMISSÃO QUANTO A ILEGITIMIDADE PASSIVA DA BRASIL TELECOM S/A - INOCORRÊNCIA - ACÓRDÃO CLARO AO SUSTENTAR QUE A EMBARGANTE É SUCESSORA DA TELEBRÁS EM DIREITOS E OBRIGAÇÕES - ALEGAÇÃO DE QUE EMBARGANTE NÃO INCORPOROU A TELEPAR CELULAR S/A, SENDO QUE NA VERDADE FOI INCORPORADA PELO GRUPO TIM - MATÉRIA NÃO VENTILADA NO RECURSO - INOVAÇÃO RECURSAL - IMPOSSIBILIDADE DE CONHECIMENTO, SOB PENA DE AFRONTA À DEVOLUTIVIDADE RECURSAL E AO DUPLO GRAU DE JURISDIÇÃO - OMISSÃO EM RELAÇÃO AO CRITÉRIO DE CONVERSÃO EM INDENIZAÇÃO - INOCORRÊNCIA - TÓPICOS AMPLAMENTE ABORDADOS NO ACÓRDÃO EMBARGADO - EMBARGOS PARCIALMENTE CONHECIDOS E NA PARTE CONHECIDA REJEITADOS.

Nas razões do recurso especial (e-STJ, fls. 750-773), apontou a insurgente, além de dissídio jurisprudencial, a existência de violação dos arts. 485, IV e § 3º, e 1.022, II, do Código de Processo Civil de 2015; e 402 do Código Civil. Sustentou, em síntese: i) a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; ii) ilegitimidade ativa; iii) ilegitimidade passiva; e iv) equívoco no critério de conversão das ações.

Sem contrarrazões (e-STJ, fl. 800).

A Corte de origem deixou de admitir o recurso sob os seguintes fundamentos:

a) aplicação do art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015 quanto ao tema legitimidade passiva para a

Superior Tribunal de Justiça

dobra acionária; b) não ocorrência de negativa de prestação jurisdicional; c) incidência das Súmulas 5 e 7/STJ; e d) prejudicialidade do recurso quanto aos critérios para a conversão das ações.

Daí o presente agravo, no qual a insurgente contesta a aplicação dos óbices, exceto a aplicação do art. 1.030, I, *b*, do CPC/2015.

Sem contraminuta (e-STJ, fl. 848).

Brevemente relatado, decido.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo ao exame do recurso especial, com exceção do tema ilegitimidade passiva para responder pela dobra acionária.

Quanto ao critério de conversão das ações, verifica-se que houve reconsideração da decisão recorrida (e-STJ, fls. 806-817), com a sua adequação ao postulado no presente recurso, ficando prejudicada a análise da tese recursal.

Defendeu a recorrente a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional. Alegou que o Tribunal de origem foi omissos quanto ao argumento ilegitimidade ativa.

Todavia, observa-se que o Tribunal local deixou de se manifestar sobre tal questão de forma fundamentada, concluindo tratar-se de inovação recursal.

Veja-se à fl. 741 (e-STJ):

Preliminarmente, o Embargante requereu o reconhecimento da ilegitimidade ativa das autoras Maria Angela Caus e Salma Borges Stacheski, sob o fundamento de que os contratos terem sido celebrados sob a vigência da Portaria Especial nº 610/94, a qual desobriga a concessionária de serviço de telefonia da retribuição aos promitentes assinantes com a emissão de ações no valor de sua participação financeira.

No entanto, ressalta-se que tal alegação não merece ser conhecida, vez que se trata, indubitavelmente, de verdadeira inovação recursal, o que não se admite, porquanto signifique claro desrespeito à ampla defesa, ao contraditório e ao devido processo legal.

Assim, não assiste razão à recorrente, quando defende a ocorrência de negativa de prestação jurisdicional, porquanto o Tribunal de origem deixou de se manifestar sobre a alegada ilegitimidade ativa de forma justificada.

Consequentemente, o tema ilegitimidade ativa ficou desprovido do necessário prequestionamento.

Superior Tribunal de Justiça

Para que se configure o prequestionamento da matéria, há que se extrair do acórdão recorrido pronunciamento sobre a tese jurídica em torno dos dispositivos legais tidos como violados, a fim de que se possa, na instância especial, abrir discussão sobre determinada questão de direito, definindo-se, por conseguinte, a correta interpretação da legislação federal.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EMBARGOS DE TERCEIRO. OMISSÃO. ALEGAÇÃO GENÉRICA. SÚMULA Nº 284/STF. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA Nº 211/STJ. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. STF. COMPETÊNCIA. SUBSTABELECIMENTO. JUNTADA POSTERIOR. POSSIBILIDADE.

1. O recurso especial que indica violação do artigo 535 do Código de Processo Civil de 1973, mas traz somente alegação genérica de negativa de prestação jurisdicional, é deficiente em sua fundamentação, o que atrai o óbice da Súmula nº 284 do Supremo Tribunal Federal.

2. A falta de prequestionamento da matéria suscitada no recurso especial, a despeito da oposição de embargos declaratórios, impede seu conhecimento, a teor da Súmula nº 211 do Superior Tribunal de Justiça.

3. Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal.

4. Em observância ao princípio da função instrumental do processo, a jurisprudência desta Corte é no sentido de ser cabível a abertura de prazo a fim de que o autor regularize a inicial, sendo a extinção do processo, sem julgamento de mérito, somente proclamada depois de proporcionada à parte a oportunidade de regularização.

5. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 372.573/SP, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 04/04/2017).

Diante do exposto, conheço do agravo para conhecer parcialmente do recurso especial e, nessa extensão, negar-lhe provimento.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/2015, majoro os honorários em favor do advogado das partes recorridas em 3% (três por cento) sobre o valor da condenação.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 21 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

